

## O EXÉRCITO NA HISTÓRIA POLÍTICA DO BRASIL: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA RACIONALIDADE MILITAR COMO ELEMENTO MOTIVADOR DO GOLPE DE 1964<sup>1</sup>.

Área Temática: História

Ueber José de Oliveira<sup>2</sup>

*"A partir de hoje, 15 de novembro de 1889, o Brasil entra em nova fase, pois pode-se considerar finda a monarquia, passando a regime francamente democrático com todas as conseqüências da Liberdade [...]. Foi o Exército quem operou esta magna transformação: assim, como a 7 de abril de 31 ele firmou a monarquia constitucional acabando com o despotismo do Primeiro Imperador, hoje proclamou no meio da maior tranqüilidade e com solenidade realmente imponente, que queria outra forma de governo [...]. (Gazeta da Tarde, 15 de novembro de 1889)*

*"A palavra de ordem surgida dos bastidores da Revolução vitoriosa é 'acabar com o comunismo'. A firme disposição do Comando Militar de realizar essa política, que estaria sendo executada com conotações terroristas neste ou naquele ponto do país, provocou apreensões não só entre os deputados e senadores da esquerda, como até mesmo entre aqueles que, no esquema vitorioso, se recusam a adoção de técnicas extremadas." (Coluna do Castelo, Jornal do Brasil, 4 de julho de 1964)*

### INTRODUÇÃO

Os fragmentos acima remetem a alguns dos mais importantes episódios da história política brasileira enquanto um país independente. E o que mais chama a atenção é o fato de neles despontarem como protagonistas do processo as Forças Armadas, evidenciando um componente estrutural decisivo da política brasileira em sua trajetória, qual seja: o *poder militar*. Segundo Maranhão (2004), no Brasil, "[...] o Exército [em especial], principalmente nos seus escalões de chefia, é um importante centro de ação e decisão política interna [...]". Assim, não se pode, portanto, concebê-lo da mesma forma que no modelo liberal clássico segundo o qual as "[...] Forças Armadas seriam um corpo profissional que constitui um aparelho dos mais importantes dentro do Estado, voltado porém principalmente para a afirmação da soberania perante o exterior [...]" (MARANHÃO, 2004: 268).

As intervenções militares no Brasil, em especial o Golpe de 64, são constantemente revisitadas pelas ciências humanas, em que analistas de áreas diversas, a partir de diferentes olhares, dão distintas versões para os acontecimentos que redundaram no 1º de abril de 1964. Entre essas várias interpretações, nota-se a quase ausência

<sup>1</sup> Este artigo foi confeccionado como trabalho de conclusão da disciplina "Brasil e Estados Unidos: História, Itinerários Intelectuais e Cultura Política na Construção de Instituições", ministrada pela Profª Drª Márcia Teixeira, do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política – UFSCAR.

<sup>2</sup> Mestre em História Social das Relações Políticas – UFES e Doutorando em Ciência Política – UFSCAR.

de trabalhos que se dedicam em compreender um dos atores mais fundamentais da vida republicana brasileira, os *militares*.

Tentando entender as razões do desconhecimento acerca deste ator, Carvalho (2004, p. 17) fornece pelo menos uma explicação plausível, que tem a ver com a ausência de esquemas interpretativos adequados:

[...] Na visão liberal, intervenções militares eram anomalia política, exceções que não cabiam no molde dos sistemas representativos. Na visão da esquerda, dominada pelo marxismo, não se justificava o estudo dos militares, porque o Estado era o comitê executivo da burguesia e os militares eram apenas o braço armado do Estado. Deviam-se estudar os movimentos do capital e a correlação de forças da luta de classes, o resto era consequência [...]

Discordando naturalmente destas duas correntes, firma-se a idéia de que, no decorrer da história do Brasil, os militares sempre visaram demonstrar que suas ações, medidas, atos, e desígnios se respaldavam em um determinado sistema de idéias e valores baseado, inicialmente, na defesa dos interesses *nacionais* e, mais tarde, já no período republicano, na idéia da defesa da democracia, mesmo que tendo um conceito específico da mesma. Sem a pretensão de exaurir o assunto, compreender a forma de construção, desenvolvimento e condução deste processo, é o problema central deste trabalho.

Partindo dessas considerações, objetiva-se analisar os valores que forjavam a identidade militar no decorrer da sua história e que, no contexto do Golpe de 1964, foram fundamentais para a aquisição de uma suposta legitimidade. Importante salientar, que não se trata de seguir a trilha da inevitabilidade histórica do Golpe, tal como poderia ser sugerido pelos *profetas do passado*. Atentar-se-á, isto sim, para a construção segundo a qual o Golpe foi um ato heróico visando salvar a nação e a democracia brasileiras do perigo vermelho, referindo-se, claro, aos comunistas. Deste modo, as preocupações não são analisar a intervenção ou os acontecimentos que se desenrolaram antes e depois do 1º de abril de 1964, mas observar as motivações político-ideológicas que levaram a ação. Em última instância, objetiva-se apontar para a relação existente entre a formação dos militares na história política do Brasil e o Golpe.

Para tanto, o presente texto está dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, as atenções estarão voltadas para a análise histórica das Forças Armadas no Brasil, em especial o Exército<sup>3</sup>, apresentando, de maneira sumária, os seus objetivos desde a sua formação, até a Primeira República (1889-1930). Em seguida,

<sup>3</sup> A ênfase em apenas uma das Forças se justifica pelo fato de o Exército ter ocupado mais espaços de poder e ter participado de maneira mais incisiva dos principais acontecimentos políticos do país. A Marinha, especialmente até a Primeira República, esteve em constante atrito com o Exército tanto por rivalidades profissionais, quanto por maior participação nos benefícios de poder. Além disso, não teve nenhuma participação em importantes movimentos, tais como a Proclamação da República e a Revolução de 30. No caso do primeiro, além de não ter participado, resistiu por meio da Primeira e Segunda Revolta da Armada, ocorridas em 1891 e 1893, respectivamente, tendo sua estrutura praticamente arruinada após a repressão de tais movimentos, sendo que a sua reestruturação se deu somente no Governo Rodrigues Alves (1902-1906), voltando a se enfraquecer após a Revolta da Chibata ocorrida em 1910.

num segundo tópico, a instituição será analisada na Segunda e Terceira Repúblicas, entre 1930 a 1964, e no terceiro item, tendo como base além de fontes bibliográficas alguns livros e textos de alguns importantes oficiais golpistas que tiveram liderança destacada nos preparativos e execução do Golpe, pretende-se captar o modo como se processou a construção do arcabouço discursivo dos militares enquanto guardiões da nação e defensores da democracia e como o mesmo foi utilizado para fins de legitimação da ação golpista. E, por fim, seguem alguns comentários em termos de considerações finais, seguidas das referências bibliográficas.

### **BREVE HISTÓRIA DAS FORÇAS ARMADAS NO BRASIL: ANTINOMIA DO EXÉRCITO E O PODER MILITAR**

Embora se reconheça que a presença militar no território brasileiro seja tão remota quanto o seu processo de colonização iniciado em 1500, considerar-se-á nesta análise que a história da instituição militar no Brasil, coincide com a chegada da Família Real Portuguesa, em 1808. Isso porque, os elementos do pensamento militar se forjam a partir do momento em que ocorre a sistematização do Exército enquanto um corpo relativamente estruturado no sentido moderno, que é um acontecimento do século XIX.

Para levar a empreitada de formar uma força militar adiante, o Príncipe nomeou como Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, que desde antes da vinda da Família Real para o Brasil, já alertava para os riscos de uma política militar fraca e displicente (TAVARES, 2009).

Como etapa fundamental para estruturação de um exército, Souza Coutinho buscou, em primeiro lugar, a formação de um bom corpo de oficiais e, para isso, cria a Real Academia Militar, por meio da aprovação da Carta de Lei datada a 4 de dezembro de 1810. Elemento revelador das pretensões quanto a formação da racionalidade do Exército, é a redação do primeiro estatuto da academia recém criada: em primeiro lugar, não se subestimava em afirmar que teria o mesmo padrão de profissionalismo de outras nações européias, tendo a academia, duas finalidades básicas: a) Formar oficiais de infantaria e de cavalaria, sendo estes combates formados especificamente para as operações de guerra; b) Formar oficiais de artilharia e oficiais engenheiros, incluindo geógrafos e topógrafos, aptos para a direção de construção de estradas, pontes, portos e obras em geral (TAVARES, 2009).

A escola surgia, portanto, com uma dupla função. A primeira seria natural e eminentemente militar, ou seja, a formação de oficiais preparados para defender o território contra risco externo. O que chama a atenção é a segunda função, uma vez que visava, desde a sua gênese, capacitar oficiais para o envolvimento em questões públicas internas.

Essa formação permitiu ao Exército a participação direta em diversas ações pioneiras de topografia, telegrafia, construção de vias férreas, bem como em ações administrativas em geral, o que lhe permite ainda hoje ostentar a alcunha de *Construtores do Brasil*. E essa idéia-força construída nos leva a pensar que ela teria sido o que motivou os militares, especialmente na Era Vargas (1930-1945) e no Regime Militar (1964-1985) a estarem à frente de questões petrolíferas, siderúrgicas e de industrialização.

Passada a independência e por ocasião da necessidade cada vez maior de mobilidade e deslocamentos rápidos das tropas para conter os levantes verificados

no Brasil a partir do processo de independência e, em especial, do Primeiro Reinado (1822-1831) e da Regência (1831-1840), o modelo implantado por Dom Rodrigo começou a dar sinais de esgotamento.

Com a intenção de dar mais operacionalidade ao Exército, diversas reformas foram implementadas. Porém, segundo Motta (1998), as novas medidas não foram capazes de superar as *antinomias do Exército* vigentes desde 1810, que dividiam os objetivos da Real Academia Militar. A formação da oficialidade e, conseqüentemente, o perfil do Exército, continuaram sendo divididos entre as atividades propriamente militares e a causa pública.

Em meados do século XIX, momento marcado por muitos levantes de diversas naturezas, as palavras de Capistrano de Abreu são reveladoras a respeito tanto da convulsões sociais, quanto da existência de um Exército mal preparado e doutrinarmente indefinido:

[...] sobressaía a Corte, onde se encarniçavam soldados dissolutos, capoeiras desaiçamados, sincários, caramurus partidários da volta do ex-Imperador [...] um verdadeiro pandemônio [...] De repente o Brasil inteiro estrebuchou nas convulsões de um delírio muscular. De Marajó ao Chuí rugiu a onda de anarquia que tudo alagou, manifestações políticas no governicho do Rio Grande do Sul, na sabinada da Bahia, nas correrias de Pinto Madeira, no Ceará, incorporando agravos seculares de classes oprimidas, como a cabanagem do Pará, a balaçada do Maranhão, a cabanada de Pernambuco [...] (CAPISTRANO, apud MOTTA, 1998, p. 48).

Acerca do Exército brasileiro no contexto do século XIX, muito impactantes para a instituição foram os conflitos da fronteira sul do Brasil, consubstanciados sobretudo na Guerra do Paraguai. Isso porque além de demonstrar a necessidade de modernização, contribuiu para cristalizar valores que se perpetuaram, sendo sistematicamente lembrados pelos chefes militares: o sentimento de patriotismo que, doravante, passaria a ser algo quase exclusivo do *homem de farda*.

Simultaneamente, constata-se o descontentamento dos militares em relação ao Império que não cumprira com todas as promessas feitas antes e no decorrer do conflito. Esses aspectos contribuíram para formar um terreno fértil para manifestações de engajamento, da instituição e de vários de seus componentes, em movimentos que representavam oposição ao sistema monárquico, tais como o abolicionismo e o republicanismo. Segundo José Murilo de Carvalho (2005, p. 39), [...] os militares, após a guerra, vão tomando paulatinamente aversão à monarquia, sobretudo o grupo que estava às voltas com Deodoro [...]. Para eles, a “[...] República seria o ato final da Questão Militar, sua solução definitiva para a eliminação de um regime que, segundo eles, era dominado por uma elite bacharelesca infensa aos interesses castrenses, desrespeitosa dos bríos militares [...]”.

A punição de militares que veicularam, junto a alguns canais da imprensa, suas insatisfações em relação ao governo, acirrou ainda mais os ânimos entre Império e o Exército. Diversos oficiais, que neste momento estavam envolvidos em diversas agremiações políticas de caráter partidário, se uniram para exigir a anistia para os colegas de farda punidos. Nesse ínterim, fundam o Clube Militar, com sede no Rio



de janeiro que se torna, dentro de pouquíssimo tempo, palco no qual foram alinhavadas as ações que culminaram com a Proclamação da República.

Todo o desenrolar de acontecimentos que seguem já são suficientemente conhecidos para serem repetidos aqui. Tentando sintetizar, o Marechal Deodoro da Fonseca, com amplo apoio do Partido Republicano, demite o Conselho de Ministros juntamente com seu presidente, assinando, em seguida, um manifesto no qual proclamava a República do Brasil.

Em relação a tal movimento, é importante chamar a atenção para pelo menos uma questão: a Proclamação da República foi a das expressões máxima daquilo que, no decorrer dessa explanação, se denominou de *antinomia do Exército Brasileiro*<sup>4</sup> e, conseqüentemente, do próprio *poder militar*. Por isso, muito tempo depois o Marechal Odylio Denys, um dos protagonistas do Golpe contra Goulart em 1964, afirmou em seu livro de memórias, e com certa dose de razão tendo em vista a racionalidade militar, que “[...] Os propagandistas, somente, pouco conseguem de prático; em 15 de novembro de 1889, se não fosse utilizada a espada de Deodoro, nada conseguiriam os republicanos históricos, que viviam deblaterando contra a monarquia [...]” (DENYS, 1993).

Tal sentimento fica claro não só nas palavras de um militar, o que era aliás de se esperar, mas também nas de um dos mais célebres Republicanos, Quintino Bocaiúva, segundo o qual, “[...] Sem as Forças Armadas ao nosso lado, qualquer agitação de rua seria não só um ato de loucura [...], mas principalmente uma derrota dos republicanos [...]” (BOCAIÚVA Apud CARVALHO, 1976, p. 49)

Antes de encerrar o presente tópico, é importante ressaltar que a história do Exército na primeira fase da República (1889-1930) é extremamente rica e conflituosa, marcada por inúmeras reformas e transformações, cujo pano de fundo permaneceu sendo a antinomia entre a *racionalidade militar* e *ação civil*, cujas limitações do presente trabalho não permitem aprofundar, sendo suficiente a idéia de que a ascensão do Exército no centro das decisões políticas do país marcou, como muito bem frisou Carvalho (2005, p. 60), a passagem da *política na organização* para a *política da organização*.

## **O EXÉRCITO E A POLÍTICA NA ERA VARGAS: CRISE DO POPULISMO E ANTICOMUNISMO (1930-1964).**

A partir da Era Vargas, definida aqui de maneira ampla como o período que vai de 1930 a 1964<sup>5</sup>, começou a se desenhar, pela primeira vez na história política do Brasil, a união entre militares com representantes de grupos econômicos, visando atingir interesses em comum. Carvalho (2005) aponta que a expressão da concordância entre militares e grupos de interesses econômicos parcialmente urbanos foram a formação de diversas ligas, a exemplo da Liga de Defesa Nacional, Liga Nacionalista, entre outras, cujos membros eram “[...] representantes de todas

<sup>4</sup> A dupla função de, ao mesmo tempo se projetar para questões da defesa nacional, bem como do envolvimento com problemas internos.

<sup>5</sup> A rigor, Getúlio Vargas foi o mandatário do país em duas oportunidades: entre 1930 a 1945 e nos anos 1951-1954. Mas para efeito de análise, consideramos Era Vargas entre 1930 a 1964, pelo fato de o período ter sido marcado por uma forte polarização entre os Varguistas (identificados com o trabalhismo, e reunidos principalmente no PTB e PSD); e os anti-varguistas (liberais, ligados, em sua maioria, à UDN).

*as classes produtoras e defensoras do país e seus objetivos incluíam propagar instrução primária, profissional, militar e cívica; defender, com disciplina, o trabalho [...]”* (CARVALHO, 2005, p. 60).

Não por acaso que, a partir da Revolução de 1930 e de razões de Estado, com a presença fundamental de militares, se implementaram iniciativas de políticas públicas e investimentos para o desenvolvimento urbano-industrial, comercial e financeiro, que implicaram em transformações na ordem estabelecida, proporcionando mudanças na hegemonia, em que elementos próprios do mundo urbano passaram a prevalecer sobre elementos da cultura política rural (OLIVEIRA, 2010).

Em meio a este quadro, ganhou corpo um projeto hegemônico de um setor do Exército, que já vinha se desenvolvendo a algum tempo. Após derrotar propostas alternativas, o projeto se tornou hegemônico a partir do Golpe do Estado Novo de 1937. Mas isso só foi possível a partir do momento em que os revolucionários de 1930, que *grosso modo*, era o grupo de militares que, doravante, se tornava hegemônico, enfrentaram uma das principais tarefas a eles colocadas: apaziguar o Exército e dar certa organicidade à instituição, pois disso dependia a consolidação da dita hegemonia. Mas para isso, era necessária a reconstituição da cúpula militar em torno do grupo vencedor, e como destaca Carvalho (2005), diante do fato de a maioria dos oficiais do Exército não ter aderido ao movimento e grande parte destes rebeldes ser composta por oficiais subalternos, muitos deles remanescentes das revoltas tenentistas da década de 1920, foi preciso realizar a rápida reintegração e promoção. O caso mais emblemático foi o de Góes Monteiro, que logo no início *“[...] foi promovido a toque de caixa, a fim de colocar um oficial de plena confiança no topo da hierarquia [...]”* (CARVALHO, 2005, p.83).

E é exatamente com este oficial, que tal hegemonia toma corpo. Em um depoimento, o General Góes Monteiro esclarece o que pensava acerca da importância das Forças Armadas como peça-chave para o desenvolvimento do país:

*“[...] O Exército e a Marinha são, por conseguinte, os responsáveis máximos pela segurança interna e externa da Nação, precisando, para este fim serem evidentemente tão fortes quanto possível [...] Nestas condições, as forças militares têm de ser, naturalmente, forças construtoras, apoiando governos fortes, capazes de movimentar e dar nova estrutura à existência nacional, porque só com a força é que se pode construir, visto que com a fraqueza só se constroem lágrimas [...]”* (MONTEIRO, apud TREVISAN, 1985, p. 21).

E assim foi tomando forma o corpo de oficiais que permaneceu até 1945, dos quais se destacam, além do próprio Góes Monteiro, Eurico Dutra, Parga Rodrigues, Guedes da Fontoura, Lúcio Esteves, Paes de Andrade, Horta Barbosa, entre outros.

Além disso, ainda nesse contexto, se cristaliza um outro elemento que guarda uma profunda relação com o processo de construção da racionalidade militar, que será utilizada amplamente como discurso justificador do Golpe de 64: o *anticomunismo*. Como é sabido, tal sentimento de anticomunismo existiu desde que o socialismo se apresentou como fundamento teórico de organizações políticas ligadas à classe operária e aos trabalhadores em geral. Aprofundou-se com a Revolução de Outubro

na Rússia e com o estabelecimento ali do Regime Soviético. Mas alcançou uma dimensão extraordinária durante a Guerra Fria (PEREIRA & OLIVEIRA, 2005).

Essa hostilidade ideológica se manifestou no primeiro Governo Vargas, quando o ainda Capitão Olimpio de Mourão Filho, então chefe do Serviço Secreto da Ação Integralista Brasileira (AIB), simulou um plano de ação comunista, que ficou conhecido como *Plano Cohen*<sup>6</sup>. Com base nessa farsa, o General Eurico Dutra, aliado incontestado de Góes Monteiro, juntamente com o Ministro da Justiça Francisco Campos, explícito defensor da ditadura como regime político apropriado para a sociedade de massas, consideraram a *ameaça comunista* como justificativa para a instauração da Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Interessante é que estes personagens e tais discursos justificadores estiveram também presentes no Golpe Militar de 64.

No pós II Guerra, o anticomunismo multiplicou e aprofundou seus postulados. Referenciando-se na Guerra Fria, assumiu o centro da gravidade das ações políticas, a partir do momento em que a União Soviética não só sobreviveu à guerra contra ela empreendida pelo nazifascismo, mas emergiu, ao fim, como pólo de um novo sistema de forças (PEREIRA & OLIVEIRA, 2005). Estava, assim, formado o caldo político-ideológico que produziria, no Brasil, uma instabilidade política que, mais tarde, levou ao Golpe de 64 e ao regime dele emanado.

#### A MATERIALIZAÇÃO DA RACIONALIDADE MILITAR: O GOLPE DE 64 E A DITADURA MILITAR

Como se tentou demonstrar, o Exército, no decorrer da sua história, adquiriu uma racionalidade militar que, entre outras características, se pautava na idéia de *nacionalismo*, de *desenvolvimento econômico* do país, de *anticomunismo*, bem como na idéia de *centralização do poder via estado*. Tais idéias-forças, inseridas num contexto de Guerra Fria forjou um ambiente no qual o mundo estaria dividido em duas partes, em dois hemisférios inconciliáveis.

Acerca desse clima, esclarecedor é o depoimento do General Odílio Denys, um dos principais articuladores do Golpe Militar de 1964, que em seu livro de memórias demonstra, além desse sentimento *anticomunista*, a suposta preocupação com a defesa de uma democracia, cuja construção havia se iniciado na revoltas tenentistas da década de 1920:

[...] 5 de julho de 1922 é, com justa razão, a etapa inicial da grande luta travada para o aperfeiçoamento da prática da democracia em nosso país. Essa luta prosseguiu em outros movimentos democráticos do ciclo revolucionário, até seu término em 1964, quando foram vencidos os que se aventuraram a tentar empolgar o poder, para instaurar no País uma ideologia estranha e incompatível com os sentimentos cristãos e democráticos do povo brasileiro [...] (DENYS, 1993, p. 9).

<sup>6</sup> Segundo Plano Cohen (que nunca existiu), forjado pelo Capitão Olimpio de Mourão Filho, os comunistas preparavam um banho de sangue, matariam personalidades políticas e incendiariam igrejas. Com base nessa farsa, ocorreram prisões, torturas e mortes a pretexto de se combater o *comunismo ateu*.



No fragmento, o General deixa transparecer várias das idéias-forças já apresentadas no decorrer deste trabalho. Uma delas é aquela em que, logo no início, coloca a instituição militar como a que conduziu o processo de construção da democracia brasileira. Ao mesmo tempo, coloca a mesma instituição como a guardiã dos sentimentos do povo brasileiro que são, por excelência, democráticos e cristãos. Além disso, neste mesmo livro de memórias defende a idéia de que o Tenentismo e as tentativas anteriores de golpe se deram dentro de uma perspectiva de continuidade, identificando um grupo que se manteve dentro da corporação e que teria, em 1964, realizado um velho projeto de intervencionismo direto. Assim, o período que vai de 5 de julho de 1922 (dia em que ocorreu a Revolta dos 18 do Forte, da qual fez parte) a 31 de março de 1964<sup>7</sup>, dia da *Revolução* para os militares, compreende *Ciclo Revolucionário Brasileiro* que, aliás, dá nome ao livro.

Interessante é a visão do General Odylio Denys acerca dos anos 1954-1964, momento de maior acirramento político. Em um capítulo intitulado '*Período de 1954-1964: a Exército em luta contra o comunismo*' Denys defende um governo forte, centralizado, capaz de fazer frente ao comunismo, deixando claro a incapacidade de uma democracia liberal fazê-lo:

[...] No mundo não haverá mais lugar para a democracia que não saiba se defender. A democracia, para subsistir, terá que ser sólida, com executivo forte, capaz de manter a segurança interna [...]. Estamos mais adiantados na procura de uma forma de democracia mais resistente; a prova está na segurança e tranquilidade que demos ao país depois de 1964. Antes dos anos 1920, quando o comunismo não era ainda perigoso, uma democracia podia adotar um modelo bem liberal, descuidado da sua segurança; hoje em dia, não, por que o comunismo está sempre, com seus adeptos, para substituí-la pelo seu regime; vimos isso em 1964 (DENYS, 1993, p. 56).

E não é diferente o depoimento de Olympio de Mourão Filho, o General que iniciou o Golpe de 64 a partir do levante das tropas de Juiz de Fora. Tal discurso revela tanto a questão do apelo à idéia de *democracia*, enquanto um elemento justificador da intervenção, quanto das demais idéias-forças, como *anticomunismo*, *papel dos militares*, entre outras:

[...] a crise política de 1961 [...] surpreendeu o Exército, bem como as demais forças, sem qualquer preparação filosófica para a defesa da Democracia. A maior parte, se não a totalidade dos oficiais e sargentos, ignora filosoficamente o que seja democracia [...]. Entretanto, a defesa da Democracia é tão vital quanto a da Pátria contra inimigo externo [...]. É evidente que a conjuntura do perigo comunista, graças à atitude claramente subversiva do Governo Federal, motivaria Governo e Povo de Minas Gerais. E as Forças Militares do Exército, sediadas no Estado, eu articulava paciente e

<sup>7</sup> Sob o risco de incorrerem na piada do *Dia da Mentira*, 1º de abril, os militares tentaram eternizar o dia do Golpe como sendo 31 de março. Além disso, chamam o Movimento de Revolução, e não de Golpe.



persistentemente durante sete meses, não somente agindo nos escalões oficiais como também entre os sargentos.. Minha pregação democrática foi evidentemente muito facilitada pelo ponto de ebulição a que a propaganda de subversão, por palavras e obras, levou o povo mineiro [...] (MOURÃO FILHO, 1978, p. 33-35)

Esses depoimentos de Denys e Mourão Filho, parecem confirmar a tese de Maria José de Resende (2001), segundo a qual os militares forjaram um suposto ideário de democracia objetivando alcançar reconhecimento, legitimidade. Ou seja, para a autora, o propósito dos militares estava centrado na formulação de um sistema de idéias e valores sobre uma suposta democracia que era invocada para justificar todas as suas medidas e ações, bem como todos os seus atos e desígnios.

Na visão dos dois generais mencionados, o Governo João Goulart, apesar de estar dentro da legalidade, era mais uma parte da estratégia comunista para tomar o poder e implantar um regime totalitário. E Mourão Filho é ainda mais enfático ao dizer que a

[...] atitude do Governador Leonel Brizola e do General Machado Lopes, secundados pelos esquerdistas e comunistas que açulam os políticos e as crises e delas tiram sempre frutos ótimos, [...] foi tal atitude que obrigou a Câmara a produzir a horrível emenda nº 4; criando uma forma de governo híbrida, cruzamento filosoficamente indigesto de presidencialismo e parlamentarismo e que seria facilmente derrubado um ano depois [...] (MOURÃO FILHO, 1978, p. 34).

Interessante notar que, ironicamente, a solução parlamentarista, que impediu a posse com plenos poderes de João Goulart, é vista pelo General como uma derrota, resultado da falta de firmeza dos ministros militares, e não como uma imposição dos próprios militares, versão amplamente difundida por historiadores e cientistas sociais.

Quanto a figura de Jango, em outros trechos do depoimento do General, aparece com nuances variadas. Mas não aparece como alguém intrinsecamente perverso, nem como comunista. O fragmento acima, deixa transparecer que ele seria, antes de tudo, um fraco, que se deixou levar pela esquerda, ou pela maléfica influência de Leonel Brizola, este, talvez, para os militares, o maior vilão da história.

Nos seu livro de memórias de quase quinhentas páginas, Olympio de Mourão Filho discorre sobre os mais diversos assuntos que envolveram tanto a sua trajetória enquanto militar, quanto acerca do evento no qual protagonista. Temas como *democracia*, *pátria* e *nação* só para ficar em três exemplos acima citados, desenvolve em dezenas de páginas..

O nosso objetivo com a análise de excertos de depoimentos, foi dar uma pequena demonstração da racionalidade de alguns dos protagonistas do Golpe de 64. E é o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, primeiro presidente militar, que fornece a conclusão com a qual se pode fechar as presentes considerações:

[...] Farei o quanto em minhas mãos estiver para que se consolidem os ideais do movimento cívico da Nação brasileira nestes dias memoráveis de abril, quando se levantou unida, esplêndida de coragem e decisão, para restaurar a democracia e libertá-la de quantas fraudes e distorções que a tornavam irreconhecível. Não através de um golpe de Estado, mas como uma Revolução que, nascida nos lares, ampliada na opinião pública e nas instituições e, decisivamente, apoiada nas Forças Armadas, traduziu a firmeza das nossas convicções e profundidade das nossas concepções de vida, convicções e concepções que nos vêm do passado e que deveremos transmitir, aprimoradas às gerações futuras. [...] (CASTELO BRANCO, Apud VALLE, 2008, p. 7).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi tentar, a partir de um resgate histórico e do sumário exame de alguns depoimentos de determinados militares diretamente envolvidos com Golpe Militar de 1964, definir aquilo que poderíamos chamar de racionalidade militar brasileira, embora se reconheça as polêmicas em torno de tal definição e das dificuldades de fazê-lo em apenas um pequeno artigo. Isso por que, como muito bem definiu Tavares (2009, p. 43), “[...] o militar é homem, é mulher, é paulista, é gaúcho, é carioca, é pobre, é rico, é protestante, é católico, é ateu. O militar é conservador, é liberal, é democrático, é autoritário [...]”. Possui, portanto, “[...] origens sociais, econômicas e geográficas diferentes [...]”. Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer que a farda parece aglutinar parte dessas adversidades e, apesar de todas essas diferenças, a elementos que levaram ao desenvolvimento de uma visão de mundo relativamente homogênea.

Assim, longe de ter tido a pretensão de esgotar o assunto, pode-se concluir, com base em uma pequena mas nem por isso insignificante amostragem, que havia uma homogeneidade de formação intelectual dos oficiais de alta patente do Exército brasileiro.

Assim, objetivou-se, com base no discurso de alguns dos mais destacados protagonistas do Golpe, proporcionar um conjunto de imagens e percepções sobre o mesmo. Após a instauração do Regime Militar, após o Governo de Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), seguiu-se a escolha de Costa e Silva para a Presidência da República, o que demonstrou, claramente, a radicalização do processo político. Assim, um novo grupo de oficiais de alta patente, disposto a implementar medidas de restrição à participação ao jogo político se instalou no poder. O Regime Militar começava a ganhar novos contornos. E após três anos de tentativas de conciliação e negociação por parte de homens que cercavam Castelo Branco, com Costa e Silva as idéias discutidas no decorrer deste texto, tais como *revolução, democracia, nação, pátria, anticomunismo*, entre outras, chegaram ao seu paroxismo: os radicais que cercavam o novo Presidente passaram a propor a reconstrução do país a partir de novas bases. Mas estas são questões para serem tratadas em um outro trabalho.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Affonso de. **Caxias**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. Fortuna e Virtù no Golpe de 64. In: **Revista Tempo Brasileiro. 1964 visto de 2004**. Rio de Janeiro: 158:15/25, jul.-set., 2004.

DENYS, Odylio. **Ciclo Revolucionário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1993.

MARANHÃO, Ricardo. *O Estado e a Política Populista no Brasil (1954 – 1964)*. In: **História Geral da Civilização Brasileira. O Período Republicano. Sociedade e Política (1930 – 1964)**. FAUSTO, Boris (Org.). Bertrand Brasil, 2004. Pág. 257 à 294.

MOTTA, Jehovah. **Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MOURÃO FILHO, Olympio de. **Memórias: a verdade de um revolucionário**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1978.

OLIVEIRA, Ueber Jose de . Desenvolvimento urbano-industrial e transformações político-eleitorais no Brasil e no Espírito Santo (1950-1990).. In: SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró (Org.). **Desenvolvimento Brasileiro: alternativas e contradições**. 1 ed. Vitória: Grafitusa, 2010, v. 1, p. 367-393.

PEREIRA, Valter Pires ; OLIVEIRA, Ueber Jose de ; GABRECHT, Ana ; MARVILHA, Miguel. **Ditaduras não são eternas: memórias da resistência ao golpe de 64 no Espírito Santo**.. 1. ed. Vitória: Flor&Cultura, 2005.

TAVARES, Kleber da Silva. **A ética castrense e a intervenção militar como recurso de manutenção da ordem institucional**. 157f. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

TREVISAN, Leonardo. **O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro**. São Paulo: Global, 1985. (Cadernos de Educação Política).

VALLE, C. O. Exército e Política: a Ideologia Burguesa nos Discursos Militares. In: **II Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa**, 2008. A Defesa Nacional, 2008.